

Planejar Considerando a Diversidade: Uma Proposta Possível

Tânia Maria Moura da Rosa ¹

Luciana Ferreira da Silva ²

RESUMO

O artigo aborda os resultados dos dados de uma pesquisa qualitativa, estudo de caso, realizada com crianças da Educação Básica e seus educadores, e teve por objetivo discutir o planejamento docente e a prática pedagógica reflexiva considerando a diversidade. Considerar a diversidade não diz respeito apenas à inclusão de crianças portadoras de necessidades educacionais especiais (NEEs), mas às especificidades de cada educando. Além do olhar lançado para as práticas docentes a partir de observações, o referido texto apresenta a discussão legislativa atual. Para que se possa visionar a inclusão escolar de cada-um e de todos-nós, sejam educandos com NEEs ou não, é preciso considerar o planejamento como algo crítico, reflexivo e específico a cada sujeito. Constatou-se que, quando o educador planeja considerando a diversidade, ele atinge uma integração e humanização da escola, aproximando equipe diretiva, educadores, educando, seja com NEEs ou não, e, principalmente, a comunidade escolar.

PALAVRAS-CHAVE

Planejamento. Diversidade. Formação Docente.

ABSTRACT

The article approaches the data results of a qualitative research, a case study, conducted with children of the Basic Education and its educators, with the objective of discussing the teaching planning and the reflexive pedagogical practical considered the diversity. The diversity not only says respect to the inclusion of

children with special educational needs (SENs), but also includes particularities of each educating. Besides the look over the teaching practices coming from the observations, this text presents the legislative current discussion. In order to vision scholar inclusion of each-one and all-of-us, being students with SENs or not, it is necessary to consider the planning as a critical activity, reflective and specific to each subject. It was evidenced that, when the teacher planning includes the diversity, it is possible to reach integration and humanization of the school, approaching the directive team, educators, educating, either with SENs or not, and, mainly, the school community.

KEYWORDS

Planning. Diversity. Educational Formation.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este artigo foi embasado numa pesquisa qualitativa, estudo de caso, que teve como objetivo a importância do planejamento diário do educador, levando em conta a diversidade da turma e, em especial, os alunos que apresentam necessidades educacionais especiais (NEEs).

Como base do estudo, inicialmente, foi realizada análise epistemológica dos docentes observados, verificando como seu trabalho é realizado, constatando se há uma preocupação em contemplar a diversidade existente na sala de aula e os benefícios deste trabalho

¹ Acadêmica do curso Normal Superior da Feevale. Professora alfabetizadora.

² Professora dos cursos de Psicopedagogia, Pedagogia, Normal Superior, Artes e Letras e dos cursos de Pós-Graduação em Psicopedagogia e Processos de Aquisição e Desenvolvimento da Linguagem da Feevale. Professora da Pós-Graduação em Psicopedagogia da PUCRS. Mestre e doutora em Educação pela PUCRS. Psicanalista e Psicopedagoga Clínica. E-mail: llesi@feevale.br ou llesi@terra.com.br.

planejado para atender essas diferenças, tendo em vista que cada criança tem um ritmo, desempenho, necessidades e potencialidades. Assim, é indispensável que o educador preocupe-se em abranger essas diferenças em seu planejar diário, procurando desafiar os alunos a vencerem suas limitações.

Para desenvolver a pesquisa que deu origem a este texto, foram realizadas observações em sala de aula, em turmas de crianças entre 5 e 6 anos de idade, que cursam a Educação Infantil e o Ensino Fundamental. Também foram realizadas entrevistas com as educadoras e análise da Proposta Pedagógica das escolas participantes. Como dados secundários à pesquisa, foram analisados o Plano de Estudos, o Regimento do Município e a Lei de Diretrizes e Bases Nº 9.394/96, a fim de verificar os pontos referentes ao planejamento do educador e seu trabalho com os alunos em situação de inclusão.

PLANEJAR COMO AÇÃO COOPERATIVA

O trabalho com crianças pequenas é sempre um grande desafio, neste caso, este é potencializado dada as alterações legislativas referentes à Educação Básica. Acompanhou-se a adequação de uma escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental às exigências da Lei, a qual prevê o ingresso de crianças de 6 anos de idade na 1ª série do Ensino Fundamental. Observou-se que o desafio quanto ao planejamento tornou-se maior, visto que muitos dos educandos ingressos na escola não tinham cursado a Educação Infantil e estavam repletos de curiosidade e desejo por novos conhecimentos. Outro fato que cabe também destacar é o desconforto de muitas educadoras frente ao novo, a proposição legislativa, a qual não se fazia clara quanto ao planejamento e às articulações de ensino para o referido ano.

De acordo com a Lei Nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006:

No dia 25 de janeiro de 2006, o Senado aprovou o Projeto de Lei no. 144/2005 que estabelece a duração mínima de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Essa medida deverá ser implantada até 2010 pelos municípios, Estados e Distrito Federal.

Durante esse período os sistemas de ensino terão prazo para adaptar-se ao novo modelo de pré-escolas, que agora passarão a atender crianças de 4 a 5 anos de idade.

No dia 06/02/06 o Presidente da República sancionou a Lei no. 11.274 que regulamenta o ensino fundamental de 9 anos.

Art. 32. O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão.

Coube, assim, aos municípios criarem grupos de estudos para regulamentarem de que forma iriam atender as crianças desta faixa etária, respeitando seus interesses. Os educadores precisam compreender como se dá o conhecimento nesta fase de desenvolvimento infantil para poder desenvolverem seus planejamentos levando em conta as peculiaridades específicas não apenas da faixa etária, mas de cada sujeito envolvido no processo.

Frente à diversidade em sala de aula diariamente, o papel do educador é fundamental. Seu trabalho precisa estar registrado e fazer menção a referenciais teóricos consistentes, que lhe ofereçam argumento suficiente a sua prática. Constatou-se que o planejamento do educador é um dos principais documentos que ele possui para respaldar seu trabalho em sala, sendo flexível, quando necessário, mas partindo sempre destes registros para desenvolver, com a turma, um trabalho comprometido, considerando a realidade do educando. Pois, segundo Vasconcellos (2000, p.75), “o Planejamento não é uma coisa que se coloca como um 'a mais' no trabalho do professor: muito pelo contrário, é o próprio eixo de organização e definição deste trabalho”.

O planejamento tem por função auxiliar o educador a conhecer qual é a identidade de sua turma. E, para que não fuja à contextualização, deve ser construído de modo participativo, por ele e pelos educandos. Para tanto, é fundamental que o planejar leve em conta idéias e necessidades da turma, conteúdos significativos que levem em conta o que o educando já sabe e, principalmente, oportunize o crescimento e a superação dos objetivos. Neste sentido, é preciso que o educador saiba o que precisa desenvolver e trabalhar, tendo claros os conhecimentos que devem ser desenvolvidos e suas finalidades. E, por isto, o planejamento deve ser algo aberto. Isto quer dizer que o educador deve entrar na sala de aula com seu planejamento estruturado, mas ser flexível para readequá-lo, reestruturá-lo, reorganizá-lo de acordo com as necessidades que irá encontrar na turma.

Não se pode mais pensar em um jeito de planejar fechado, correto, ordenado, hierarquizado, próprio dos currículos escolares, quando, ao nosso redor, o mundo é um turbilhão de acontecimentos, descobertas, problemas esperando soluções sábias e práticas. O conhecimento se dá em rede e, por isso, somos desafiados a identificar seus processos, suas gênese, como “estão entrando na escola, o que a escola faz com isso e o que cria a partir daí” (ALVES, apud REDIN, 1999, p. 5).

Planejar, na atualidade, significa permitir que o inusitado apareça. É poder deparar-se com o indeterminado, sem medo, deixando-o ocupar espaços e intensificar afetos. Planejar é refletir com experiência, confrontando fatos, acontecimentos, as nossas verdades com as teorias existentes. É o não se fechar em sistemas rígidos, permitindo a abertura histórica que abarque a criança como um todo e ao mesmo tempo

considere as suas especificidades, as suas diferenças, a sua bagagem de vida, seus desejos e necessidades.

De acordo com Menegola (1991, p.19):

[...] o ato de planejar sempre parte das necessidades e urgências que surgem a partir de uma sondagem sobre a realidade. Esta sondagem da realidade é a primeira etapa do processo de planejamento. É através do conhecimento da realidade que se pode estabelecer, com mais precisão, quais as mais importantes urgências e necessidades que devam ser enfocadas, analisadas e estudadas durante o ato de planejar. Necessidade são necessidades, por isso devem ser enfrentadas com sabedoria e urgência, isto é, de forma objetiva e realista, para se poder estabelecer quais as mais urgentes a serem atacadas.

Planejar de modo mais flexível permite ao educador detectar as dificuldades dos educandos, o que já sabem e o que precisam ainda conhecer para que alcancem os objetivos propostos. E, para isto, é preciso que os objetivos estejam bem definidos e pensados com clareza, levando em consideração o desenvolvimento e as potencialidades dos educandos.

Para Menegola (1991, p. 21), “planejar, portanto, é pensar sobre aquilo que existe, sobre o que se quer alcançar, com que meio se pretende agir e como avaliar o que se pretende atingir”. Deste modo, o educador tem condições de atingir todos os campos de um planejamento e, com isto, atender as necessidades gerais e específicas de cada educando.

O autor também explica que:

Parece haver, entre os professores, uma idéia de que o planejamento é desnecessário e inútil por ser ineficaz e inviável na prática. Isto é, para eles, na ação prática nada acontece do que é planejado. Ele é encarado como algo que existe apenas para satisfazer a burocracia escolar. A idéia geral é de que se faz o planejamento porque é exigido e não porque se sente a necessidade de planejar para se desenvolver uma ação mais organizada, dinâmica e científica. (MENEGOLA, 1991, p.43).

Para que de fato o educador possa planejar considerando cada aluno, principalmente quando se está atento ao processo de inclusão de crianças com NEEs, é preciso que a escola invista na formação de professores. Observou-se que, ao investir em reuniões de formação, a escola proporcionou ao educadores mais condições de estruturarem planejamentos mais reflexivos, construindo planos de ação cooperativos, possibilitando integração não só dos educadores, mas dos educandos.

O planejamento só é importante como apoio, tanto de revisão, quanto de exercício de imaginação, de levantamento de possibilidades de uma ação educativa num tempo/lugar chamado escola. Serve para recolocar o papel do educador como um dos mediadores do processo de aprendizagem humana. Neste contexto, os educadores devem desafiar os educandos na descoberta, no conhecimento do mundo que os cerca. Isto, certamente, não se faz por uma lista de atividades ou de datas comemorativas, mas concretizando ações que precisam estar atentas a um tempo/espaço mediado pelos educandos e suas culturas, pelo trabalho do educador e pelo seu comprometimento social.

Segundo Bencini (2003, p. 38):

Cada pessoa tem uma história particular e única, formada por sua estrutura biológica, psicológica, social e cultural. É assim na vida, é assim na escola. A questão é como elaborar um projeto de ensino que atenda a todos os alunos, sem exceção, dos mais sensíveis aos mais pragmáticos, dos mais competitivos aos mais colaborativos, dos mais lentos aos mais rápidos, dos vindos de lares desestruturados aos que têm família com laços sólidos, dos portadores de necessidades especiais aos superdotados.

Conhecer e compreender estas particularidades de cada educando torna o trabalho em sala muito mais produtivo, pois cada educando constrói suas aprendizagens dos resultados de suas experiências.

A escola é um ambiente onde todas os educandos devem ter oportunidade de aprender, caso contrário, ela perde sua função. Mas nem sempre as escolas estão atentas às crianças portadoras de NEEs.

O planejamento das educadoras observadas, muitas vezes, não priorizava as diferenças dos alunos, sendo eles portadores de NEEs ou não, pois era comum observar que as atividades propostas eram comuns a todos.

Outro dado pertinente é o de que as educadoras se mostravam muito preocupadas em estar com o planejamento “sempre em dia”. Esta ansiedade comprova a cobrança da escola no que se refere a ações burocratizadas de ações e estratégias tais como a de “planejar”, não atentando à adequação do planejado. Mas, afinal, para quem é o planejamento - para o educando, para o educador ou para a instituição escolar?

O educando precisa saber qual é a finalidade do trabalho do educador, sendo um constante intermediário. E, neste contexto, o educador precisa tornar possível que o educando encontre gosto pelo que está sendo estudado. Isto só é possível se o educador conhece onde e com quem está trabalhando e tem um espaço escolar favorável a ações coletivas, integradoras e participativas, que oportunizem o planejamento como algo contextualizado na cultura em sintonia com todos que estão envolvidos neste processo.

PLANEJAR PARA A DIVERSIDADE: ESPAÇOS DE APRENDIZAGENS PARA CADA-UM E TODOS-NÓS

O educador precisa criar estratégias oportunizando o aprendizado de todos os alunos. A escola, atualmente, está vivendo uma grande mudança, uma caminhada longa, mas necessária, que é a de trabalhar com a diversidade em sala de aula, com o aluno com NEEs, sejam elas físicas ou mentais.

Em uma das turmas observadas na investigação que deu origem evidenciou-se o trabalho com um educando com NEEs: dificuldade de visão, limitações físicas, desvio de conduta e hiperatividade, que comprometiam sua aprendizagem. Constatou-se que o referido aluno demandava um trabalho diferenciado, pois não tinha condições de acompanhar o proposto pela educadora. Mas a educadora pareceu pouco se dar conta disto, pois se preocupava muito com o bem-estar do educando, mas não atendendo sua demanda educacional. Este fato evidenciado não é raro. Ao contrário, é comum educadores pela falta de formação específica, não conseguirem desenvolver, com educandos com NEEs, atividades que desenvolvam suas potencialidades.

O número de alunos com NEEs aumenta a cada dia nas escolas brasileiras. Esta demanda cresceu em 1988, pois, garantidos pela Constituição Federal Brasileira, ingressam no ensino regular crianças e adolescentes sem distinção de seus comprometimentos.

A inclusão ganhou reforços com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/96) e com a Convenção da Guatemala, de 2001, que proíbe qualquer tipo de diferenciação, exclusão ou restrição baseadas na deficiência das pessoas, sendo assim, mantê-las fora do ensino regular é considerado exclusão e, conseqüentemente, é crime.

Há muitos elementos nacionais e estaduais como as resoluções já citadas e a Declaração de Salamanca, instituída na Conferência Mundial sobre “Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Igualdade” em 1994, pela UNESCO, que foi totalmente pensada nos princípios da inclusão. Esses elementos amparam o trabalho com o educando com NEEs e precisam ser conhecidos pelos educadores e pela comunidade escolar.

A escola precisa estar ciente de que a inclusão não atende somente as crianças com NEEs, mas também as excluídas ou discriminadas, como, por exemplo, por questões de gênero, raça, credo e diferentes identidades. Ou seja, mesmo ciente de que as discussões destas questões intrigam a Educação por outra ordem de pensamento, também fazem menção a procedimentos e fazeres docentes discriminatórios, preconceituosos e estereotipados. Todos estes educandos precisam ser incluídos pela escola e ser lembrados pelo educador na hora de seu planejamento. De acordo com SANTOS (2005, p. 26), “a diversidade humana está cada vez mais desvelada e destacada e é condição imprescindível para se entender como aprendemos e como compreendemos o mundo e nós mesmos”.

Respeitar a singularidade dos alunos é aceitar suas diferenças e, assim, o educador conseguirá atender a cada-um, seja com NEEs ou não, respeitando o humano e fazendo com que a escola resgate sua função, um ambiente de criatividade e des-coberta que proporciona o ensinar e aprender a todos-nós.

INTERFACES DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E TEXTOS LEGISLATIVOS

Para aprofundar a reflexão deste texto, julga-se necessário trazer à discussão alguns aspectos sobre as atuais modificações do Ensino Fundamental.

A Resolução do CNE/CEB número 2, de 11 de setembro de 2001, institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Percebe-se, a partir dos artigos, que a escola é grande responsável por proporcionar um ambiente onde os educandos com NEEs possam desenvolver-se, respeitando suas limitações e maximizando suas possibilidades.

A criança tem o direito, garantido por lei, de estar na escola e também de ser respeitada, não passando por situações vexatórias. O educador que trabalha com a diversidade deve ter consciência disto, pois, caso planeje para um grupo de alunos homogêneo, corre o risco de expor seus educandos à discriminação, ao preconceito, a marginalização. Já no que tange ao caso de educandos com NEEs, o não-comprometimento do educador com um planejamento que atenda a diversidade pode fazer com que esta problemática fique muito mais evidente.

Observa-se que a Lei é contundente no que se refere às possibilidades de atender a diversidade. A Resolução N° 02/2001 CNE/CEB, em seu 6° artigo, refere-se à escola e sua organização com classes para atender estes alunos:

III – flexibilizações e adaptações curriculares que considerem o significado prático e instrumental dos conteúdos básicos, metodologias de ensino e recursos didáticos diferenciados e processos de avaliação adequados ao desenvolvimento dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, em consonância com o projeto pedagógico da escola, respeitada a frequência obrigatória.

De acordo com as propostas pedagógicas das escolas e em observância aos textos legislativos, estas devem propor, junto ao grupo de educadores e a comunidade escolar, trabalhos que elucidem sobre a possibilidade de um planejamento diferenciado e específico que a diversidade.

Segundo a Resolução N° 02/2001 CNE/CEB, no artigo 18°:

Cabe aos sistemas de ensino estabelecer normas para o funcionamento de suas

escolas, a fim de que essas tenham as suficientes condições para elaborar seu projeto pedagógico e possam contar com professores capacitados e especializados, conforme previsto no Artigo 59 da LDBEN e com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Docentes da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, em nível médio, na modalidade Normal, e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura de graduação plena.

§1º. São considerados professores capacitados para atuar em classes comuns com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais aqueles que comprovem que, em sua formação, de nível médio ou superior, foram incluídos conteúdos sobre educação especial adequados ao desenvolvimento de competências e valores para:

I – perceber as necessidades educacionais especiais dos alunos e valorizar a educação inclusiva;

II – flexibilizar a ação pedagógica nas diferentes áreas de conhecimento de modo adequado às necessidades especiais de aprendizagem;

III – avaliar continuamente a eficácia do processo educativo para o atendimento de necessidades educacionais especiais;

IV – atuar em equipe, inclusive com professores especializados em educação especial.

Percebe-se, assim, que a inclusão escolar não pode ser considerada de modo isolado na escola e, sim, um processo coletivo e participante, que conta com todo o grupo escolar e a comunidade. Mas os educadores e a equipe diretiva devem estar atentos que o planejamento para a diversidade não tem como objetivo favorecer, facilitar, beneficiar o educando com NEEs a título de promovê-lo sem esforço e mérito. Ao contrário, o planejamento para diversidade prevê a adequação do fazer pedagógico, proporcionando a cada-um construir, em seu tempo e de seu modo, suas aprendizagens. E, para que o planejamento diferenciado seja proposto, é preciso que esteja registrado na proposta pedagógica da escola e que seja desenvolvido em parceria com a equipe diretiva, para que se possa prevenir lacunas de conteúdos e/ou estratégias a serem desenvolvidas.

Cabe lembrar que o principal ator, no cenário da inclusão, é o educador. Ele precisa estar em constante formação, repensando sua prática, atualizando-se e compartilhando com os colegas suas experiências docentes e teóricas.

De acordo com Magalhães (2004, p. 2):

O fundamental é perceber o aluno em toda sua singularidade, captá-lo em toda sua

especificidade, em um programa direcionado a atender as suas necessidades especiais. É a percepção desta singularidade que vai comandar o processo e não um modelo universal de desenvolvimento.

Todo aluno precisa ser visto como um sujeito único e especial e, para que isto aconteça, o educador, juntamente com a equipe diretiva precisam buscar recursos teóricos e práticos estando em continuada formação.

Santos (2005, p. 38) também possui uma visão muito ampla da diversidade encontrada na sociedade atual e relata:

Uma Pedagogia que respeite a diversidade, acredito, pode nos ajudar a clarear a importância de valores, como tolerância, a solidariedade, a igualdade, o respeito ao outro, a cooperação e o profundo valor do diálogo como método de reconhecimento do novo por meio de nossas experiências de vida e da cultura de nossos povos.

É na escola que desenvolvemos estes conceitos e valores, construindo, aos poucos, a escola inclusiva; e da escola partimos para toda a sociedade, construindo cidadãos capazes de reconhecer e compreender a diversidade do mundo atual.

Santos (2005, p. 69) ainda comenta que:

Buscar saídas para a inclusão dos alunos em nossos sistemas escolares significa entender a escola como um espaço sociocultural, responsável pela abordagem pedagógica do conhecimento e da cultura, e a articulação orgânica com o contexto social em que está inserida.

É preciso colocar em prática o previsto nos textos legislativos não só ao que se refere à inclusão de crianças com NEEs na escola. É na escola que se aprendem as primeiras lições de civismo, solidariedade, fraternidade e, por isto, o testemunho de educadores comprometidos com a prática reflexiva faz a diferença.

O desenvolvimento de um trabalho educativo norteado pelos princípios da diversidade não pode ser algo acabado, mas um processo em construção, que vai reunindo conhecimentos compartilhados entre a equipe da Secretaria de Educação, a direção da escola, todos os educadores, educandos e comunidade em geral para, juntos, conseguirem estruturar um projeto pedagógico que sirva de ferramenta de revisão constante das teorias e transformações das práticas educativas.

Ter o conhecimento do que é inclusão e que se pode planejar atendendo a diversidade é um grande caminho para realizar um trabalho coerente, que respeite cada-um na escola. O educador tem sua

formação baseada num referencial de não-deficiência, de igualdade, mas a realidade que se encontra é que cada-um tem suas especificidades, sendo que, para alguns, as especificidades são postas de modo a gerar limitações e a discriminação. Assim, cabe à escola elaborar sua proposta pedagógica pensando nesta diversidade e é compromisso do educador propor o planejamento levando isto em consideração.

Macedo (2005, p. 17), afirma que:

A maneira como cuidar, integrar, reconhecer, relacionar-se com crianças e pessoas de um modo geral com necessidades especiais e que, por isso, diferenciam-se ou utilizam recursos diferentes dos normalmente conhecidos ou utilizados sempre foi um problema social e institucional. Essa tarefa estava antes, restrita à família ou a alguma pessoa que, por alguma razão, assumisse esse papel, bem como instituições públicas (hospitais, asilos, escolas especiais, etc.) especialmente dedicadas ao problema. Agora, espera-se que as escolas fundamentais incluam crianças que apresentem limitações.

Sendo assim, percebe-se o grande papel da escola, que precisa incluir a criança especial em todos os sentidos e não apenas aceitar a criança na instituição. Será um trabalho coletivo, pensado nas necessidades e limitações de cada aluno. É ainda um trabalho em parceria com as famílias, que agem diretamente com a escola, participando do crescimento dos filhos e auxiliando o educador a conhecer mais sobre seu aluno especial.

Portanto, cabe ao educador e à escola construírem, juntamente com a sociedade, a escola inclusiva, uma escola que atenda a cada-um e a todos-nós, observando as especificidades do sujeito, respeitando as garantias legislativas e testemunhando a cidadania.

DO COMPROMETIMENTO COM O OUTRO - A POSSIBILIDADE DO PLANEJAR ATENDENDO A DIVERSIDADE: ALGUNS RESULTADOS

Realizar um planejamento voltado ao reconhecimento da diversidade resultou em um trabalho repleto de desafios, surpresas, aprendizados, expectativas, mas, sobretudo, sucesso. As observações realizadas nas turmas participantes da investigação comprovaram isto.

Durante suas estratégias de ensino, as educadoras foram orientadas a oferecer atividades diferenciadas para todos os alunos, observando suas potencialidades e desafiando suas capacidades específicas. Naturalmente, para que este trabalho fosse bem-sucedido, anteriormente as educadoras tiveram que conhecer os educandos: seus gostos, seus interesses, suas dificuldades, suas facilidades, suas

histórias. Já quanto ao educando com NEEs, as educadoras precisaram também conhecer seu comprometimento: orgânico, cognitivo, emocional, e estudar sua patologia.

Para proporcionar que cada educando se destacasse em alguma atividade, foi preciso investir na diversidade de estratégias e de materiais. No caso do educando com NEEs, foram-lhe oferecidas folhas A3 dado seu comprometimento motor e visual, além dos materiais mais tradicionais, como: lápis colorido, canetas hidrográficas, tinta, massinha de moldar, sucata, ... Foram usados também materiais como: serragem colorida, palitos de picolé colorido, isopor, observando o tamanho e a espessura para atender, também, o educando com NEEs.

Para desenvolver as atividades, foi observado o tempo de produção de cada educando. Assim, as educadoras foram orientadas a produzirem atividades extras, lúdicas ou dirigidas, para oferecer às crianças que logo concluíam seus trabalhos.

Durante o trabalho desenvolvido, observou-se que os educandos começaram a investir em parcerias, associaram-se no auxílio uns dos outros, sem a demanda do educador. O educando com NEEs integrou-se mais no grupo e foi, aos poucos, reconhecido em suas habilidades. Quanto aos educadores, pelo desafio do planejamento para atender a diversidade aproximaram-se da equipe diretiva, enriquecendo mais suas práticas e conquistando um espaço para discussões pessoal-profissionais. E, no que se refere aos conteúdos, tornaram-se mais significativos, capazes de serem vivenciados na prática e, por isto, apropriados com mais prazer.

Planejar sensível à diversidade, percebendo que cada-um é único em suas limitações e capacidades, tornou o espaço escolar mais humano. E, ainda, transformou pessoas que antes não se achavam capazes: o educando com NEEs, justificado em suas deficiências; os educadores, justificados em suas limitações de planejar atendendo a todos; a equipe diretiva, justificada na dificuldade do cumprimento de suas funções administrativas; os pais e comunidade, justificados no des-compromisso com a inclusão; as crianças, justificadas nas poucas possibilidades da infância. Todos foram chamados à responsabilidade e, num processo gradativo de inclusão, foram abandonando suas justificativas e envolvendo-se num projeto muito maior que planejar pela diversidade, que é o de edificar a fraternidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: PARA REFLETIR

Planejar considerando a diversidade não foi tarefa fácil para os educadores envolvidos na proposta, mas possível.

Observou-se que, quando propostas tarefas diferentes não apenas para o educando com NEEs, mas como para cada-um com objetivo de atender a diversidade, isso fez com que o processo de inclusão se estabelecesse como algo natural, não-discursivo, vivenciado no dia-a-dia e na prática docente.

Para que fosse mantido um planejamento coerente e específico para cada sujeito, foi preciso que os registros diários sobre o desenvolvimento dos educandos fossem mais minuciosos e freqüentes. E, apesar de os objetivos (geral e específicos) serem estruturados de modo mais aberto, foi necessário aumentar o cuidado e atenção para a comprovação.

Os materiais utilizados corriqueiramente no ambiente escolar tiveram de ser repensados. Abriu-se espaço para introduzir materiais concretos diferenciados, o que deu margem ao desenvolvimento de atividades não tão convencionais, ampliando a criatividade.

O planejar considerando a diversidade aproximou educadores, equipe diretiva, pais e comunidade, envolvendo todos no processo de inclusão, pois, frente às deficiências do educando com NEEs, cada sujeito foi convidado a superar suas próprias deficiências num ensinar e aprender em fraternidade para cada-um e para todos-nós.

REFERÊNCIAS

- BENCINE, Roberta. Cada um aprende de um jeito. **Revista Nova Escola**. São Paulo: ano XVIII. Nº 159, p. 38 a 40, jan/fev.2003.
- BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**: 9.394/96, apresentação Carlos Roberto Jamil Cury – 8ª. edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- MACEDO, Lino. **Ensaio pedagógicos**: como construir uma escola para todos? Porto Alegre: Artmed, 2005.
- MENEGOLLA, Maximiliano; SANT'ANNA, Ilza Martins. **Por que planejar? Como planejar? Currículo – área-aula**. Rio de Janeiro: 2 ed.: Ed. Vozes, 1993.
- Proposta Pedagógica do Centro Municipal de Educação Dr. Décio Gomes Pereira - Unidade de Ensino Fundamental.
- Proposta Pedagógica da Educação Infantil no SESC. Rio de Janeiro, 2001.
- REDIN, Marita Martins. **Planejamento na Educação Infantil**: com um fio de linha e um pouco de vento. Disponível em: <<http://www.unisinos.br/pastanet/arqs/0222/1432>>. Acesso em: 06 de abr. 06.
- SANTOS, Maria Sirley dos. **Pedagogia da Diversidade**. São Paulo: Memnon Edições Científicas, 2005.
- VASCONCELLOS, Celso dos S. **Planejamento-Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico**. São Paulo: 7ed. Libertad, 2000.